



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 22 de fevereiro de 2012 (17.02)  
(OR. en)**

**6662/12**

**CO EUR-PREP 10  
POLGEN 32  
ENV 124  
ENER 61  
MI 113  
RECH 58  
COMPET 98  
IND 33  
ECOFIN 169  
SOC 132  
EDUC 49  
TELECOM 33**

**NOTA DA PRESIDÊNCIA**

---

de: Presidência  
para: Comité de Representantes Permanentes / Conselho  
Assunto: Implementação do Semestre Europeu  
– Relatório de síntese

---

Junto se envia, à atenção das delegações, o relatório de síntese elaborado pela Presidência sobre os debates e as principais mensagens políticas das diferentes formações do Conselho relacionados com o Semestre Europeu de 2012.

## RELATÓRIO DE SÍNTESE DA PRESIDÊNCIA

### Introdução

2012 verá um ciclo completo do Semestre Europeu, baseado no reforço da coordenação das políticas económicas. Na atual situação económica, é indispensável restabelecer a sustentabilidade e a credibilidade das políticas orçamentais para relançar o crescimento e a criação de emprego. A consolidação orçamental propícia ao crescimento deve ser reforçada por reformas estruturais e uma ação determinada para assegurar o cumprimento dos objetivos da UE em matéria de crescimento e emprego enunciados na Estratégia "Europa 2020". A dinâmica das reformas deverá ser aproveitada para assegurar substância ao processo do Semestre Europeu a fim de que possa ter um impacto real neste contexto e contribuir para fazer sair a Europa da crise. A implementação é um aspeto essencial neste contexto. A nível da UE, a implementação da reforma da estrutura de governação económica é crucial para reforçar o potencial de crescimento e de emprego das economias europeias e assegurar a competitividade. Todavia, a responsabilidade pela consolidação e pelas reformas necessárias cabe em primeiro lugar aos Estados-Membros. A fim de manter finanças públicas sólidas e lançar as bases para retomar o crescimento, devem ser implementadas e consignadas na legislação nacional reformas estruturais, nomeadamente reformas do mercado de trabalho e dos sistemas de pensões.

O presente relatório apresenta uma síntese dos resultados dos debates havidos no Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento de 2012 efetuada pela Comissão e da implementação das reformas acordadas a nível nacional. Baseia-se nas reuniões bilaterais entre a Comissão e os Estados-Membros que se realizaram com vista a avaliar a situação específica dos países. A análise a nível dos países será ainda mais aperfeiçoada durante as próximas fases do Semestre Europeu. Não obstante, o presente relatório dá uma primeira indicação dos progressos alcançados e das lacunas constatadas no processo de implementação das reformas nos Estados-Membros da UE.

Na Estratégia "Europa 2020", o Conselho Europeu adotou objetivos comuns destinados a alcançar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, incluindo as cinco metas para 2020, para orientar a ação dos Estados-Membros e da União, promover o emprego, melhorar as condições para a inovação, a investigação e o desenvolvimento, cumprir os nossos objetivos em matéria energia e de alterações climáticas, melhorar os níveis de educação e promover a inclusão social, nomeadamente mediante a redução da pobreza.

Em 2012, a Europa centrará a sua atenção na consolidação orçamental diferenciada, favorável ao crescimento, restabelecendo práticas normais de concessão de crédito à economia, promovendo o crescimento e a competitividade, solucionando o problema do desemprego e modernizando a administração pública.

A Análise Anual do Crescimento revela progressos nalgumas áreas, mas muito resta ainda por fazer.

Em especial, as medidas anunciadas ou adotadas em 2011 devem agora ser implementadas com rigor em todos os Estados-Membros, o que, sendo difícil na atual conjuntura económica, deverá, no entanto, ser encarado como um incentivo para focalizar melhor os esforços, tanto a nível nacional como europeu.

Não devem nomeadamente ser postos de lado os compromissos assumidos relativamente aos objetivos no que diz respeito à pobreza, à educação, à inovação, sem por em causa a rigorosa consolidação orçamental.

- Praticamente todos os Estados-Membros envidaram esforços de consolidação orçamental; no entanto, afiguram-se necessários esforços suplementares e, em vários países, devem ser reforçados os quadros orçamentais a médio prazo. As medidas ad hoc relativamente aos sistemas do IVA tomadas por alguns Estados-Membros ainda não surtiram efeito. Em toda a Europa, verificam-se apenas progressos limitados no que respeita à redução da carga fiscal sobre o trabalho. Falta igualmente analisar a coerência das medidas que foram tomadas, bem como o seu impacto sobre o crescimento e a consolidação orçamental.
- Continuam a ser necessários esforços para melhorar a competitividade, nomeadamente para aumentar a concorrência nos setores do retalho, dos serviços e das infraestruturas. Embora a transposição da Diretiva Serviços esteja a avançar nos Estados-Membros, importa apoiar em maior medida a mobilidade transfronteiras dos trabalhadores, nomeadamente mediante a revisão das regras da UE relativas ao reconhecimento mútuo das qualificações profissionais.
- É importante melhorar as condições em que as empresas, nomeadamente as PME, operam, em especial reduzir os encargos administrativos e regulamentares que não se justificam.

- Promover o emprego é um objetivo político fundamental em todos os Estados-Membros. Não obstante, em muitos países, seria possível fazer mais em termos de políticas ativas de mercado de trabalho e lutar contra a segmentação do mercado e a excessiva rigidez da legislação em matéria de proteção do emprego, reformar os sistemas de prestações de desemprego a fim de tornar o trabalho compensador e aumentar a empregabilidade dos grupos vulneráveis. O desemprego jovem continua a ser uma questão de grande preocupação. A integração dos jovens no mercado de trabalho continua a ser insuficiente em vários países.
- A formação em alternância e outras reformas estão em curso nos sistemas de educação, mas o investimento na educação e na formação é afetado pelas restrições orçamentais nalguns Estados-Membros. Assegurar a qualidade das despesas públicas nestes domínios é uma prioridade especial.
- As reformas dos sistemas de pensões foram levadas a cabo nalguns Estados-Membros e estão em curso noutros, mas o respetivo impacto é frequentemente neutralizado por oportunidades de reforma antecipada e esquemas especiais que continuam a existir.
- O número de pessoas em risco de pobreza está a aumentar e não tem sido abordado cabalmente. Visar em maior medida aumentar a participação dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho poderá contribuir para ir ao encontro desta preocupação. Alguns países ainda devem tomar medidas para solucionar as questões conexas do endividamento das famílias e dos mercados do imobiliário.

É certo que os Estados-Membros estão a planear uma série de medidas para ir ao encontro destas preocupações; no entanto, devem ser prosseguidos os esforços, principalmente a nível da implementação, em especial no que diz respeito ao mercado único e à avaliação do impacto das medidas que vierem a ser tomadas. Os trabalhos devem incluir os compromissos assumidos ao abrigo do Pacto para o Euro Mais que devem visar em maior medida as reformas de fundo para alcançar os objetivos do Pacto. O Pacto vem trazer mais-valia e complementa a vertente reforma da Estratégia Europa 2020, estando plenamente integrado no calendário e contexto do Semestre Europeu.

É igualmente necessária uma ação vigorosa a nível europeu, nomeadamente tomando rapidamente medidas com impacto máximo no crescimento e no emprego. Com efeito, o Conselho Europeu solicitou ao Conselho que intensificasse os seus trabalhos relativos às doze ações prioritárias do Ato para o Mercado Único para chegar a acordo até ao final de junho de 2012 sobre a normalização, a eficiência energética, a simplificação das exigências contabilísticas, a última questão pendente relativa ao pacote "patentes" e a simplificação das regras em matéria de contratos públicos até ao final do ano.

O Parlamento Europeu expôs a sua opinião sobre o Semestre Europeu em duas resoluções adotadas a 15 de fevereiro de 2012, uma sobre o contributo para a Análise Anual do Crescimento de 2012 e outra sobre os aspetos sociais e de emprego no âmbito da Análise Anual do Crescimento de 2012.

### **Assuntos Económicos e Financeiros**

Nas reuniões de 24 de janeiro e 21 de fevereiro de 2012, os ministros manifestaram o seu amplo apoio à avaliação apresentada na Análise Anual do Crescimento e aos seus cinco domínios prioritários. A consolidação orçamental é uma condição necessária para restabelecer o crescimento e o emprego, devendo, no entanto, ser, tanto quanto possível, favorável ao crescimento. Além disso, a tónica deverá igualmente ser posta em iniciativas e reformas que contribuam para fomentar o crescimento e o emprego a curto e a médio prazo no quadro de uma consolidação orçamental suscetível de restaurar a confiança.

Os ministros afirmaram mais uma vez que não fomentar o crescimento implica prolongar a atual crise da dívida. Reconheceram que as reformas estruturais são essenciais para assegurar o crescimento. Tais reformas deverão passar, nomeadamente, por aumentar a concorrência, abrir os setores fechados, melhorar as infraestruturas e modernizar a administração pública. Os sistemas de pensões devem ser modernizados a fim de assegurar a sustentabilidade financeira. Foi igualmente sublinhado que é essencial reformar os mercados de trabalho e os sistemas de segurança social conexos, nomeadamente para assegurar que as prestações de desemprego sejam concebidas por forma a apoiar ativamente a procura de emprego. Todos os ministros acordaram em que é altamente prioritário reduzir o desemprego, em particular o desemprego jovem, dado que a UE não pode permitir-se ter uma "geração perdida".

A nível da UE, constatou-se que o mercado único precisa de ser reforçado e de ver a sua eficácia assegurada. Tal implica nomeadamente progredir no que diz respeito ao reforço do Mercado Único Digital e reduzir os encargos regulamentares, em especial para as PME. Além disso, é também crucial chegar a acordo sobre o pacote "patentes". Foi salientado que, a par do reforço do mercado único, algumas iniciativas emblemáticas da Estratégia "Europa 2020" poderão dar um importante contributo para o crescimento.

Os ministros procederam a um debate sobre as medidas destinadas a assegurar uma consolidação orçamental diferenciada favorável ao crescimento. Até ao final de 2012, todos os Estados-Membros da área do euro, e os restantes Estados-Membros até ao final de 2013, o mais tardar, devem dispor de um quadro orçamental a médio prazo. Regra geral, a indispensável consolidação orçamental deverá respeitar o objetivo a médio prazo, ou ser alcançada mais rapidamente. Para criar condições propícias ao crescimento a longo prazo e restaurar a confiança, a consolidação orçamental deverá passar por uma redução do défice estrutural e eliminar o risco de derrapagem em relação ao objetivo a médio prazo. Uma vez que o êxito da implementação depende da aceitação por parte da população, importa ter em conta os efeitos distributivos na conceção das reformas.

Foi salientado que a consolidação favorável ao crescimento deverá também implicar a transferência da carga fiscal do trabalho para outros domínios de tributação menos suscetíveis de terem efeitos de distorção da concorrência. Os regimes fiscais devem ser tornados mais eficazes e eficientes. A título de exemplo, tal deverá passar pela eliminação de isenções e subsídios injustificados, pelo alargamento da matéria coletável e pela melhoria da eficácia da cobrança de impostos.

Os ministros consideram que, na sua Análise Anual do Crescimento, a Comissão atribui, a justo título, grande prioridade a que seja restaurada a confiança dos investidores no setor bancário e assegurado o fluxo de crédito para a economia real.

As orientações macroeconómicas e orçamentais são aprofundadas nas conclusões adotadas pelo Conselho ECOFIN (6353/112 REV 1). As conclusões dos Estados-Membros que participam no Pacto para o Euro Mais (6404/1/12 REV 1) enumeram as medidas necessárias para tirar pleno proveito do Pacto com vista a aumentar a competitividade e a convergência.

Nas reuniões bilaterais entre a Comissão e os Estados-Membros foram analisados os progressos realizados em matéria de consolidação orçamental a nível nacional. Embora todos os Estados-Membros estejam em geral empenhados na consolidação orçamental, alguns terão ainda de tomar medidas para assegurar que a consolidação continue no bom caminho e para estabelecer ou reforçar os quadros orçamentais a médio prazo. Para além da consolidação a nível central, são necessárias medidas para reduzir as despesas regionais e locais, desde a imposição por lei de limites para as despesas até à reavaliação das tarefas dos diferentes níveis de administração pública.

A tributação contou-se entre os temas-chave das reuniões bilaterais. Embora se reconheçam as vantagens de reduzir a carga fiscal sobre o trabalho e de utilizar outros impostos para incentivar, por exemplo, um comportamento mais ecológico, a transferência da carga fiscal sobre do trabalho para outras fontes de tributação tem sido lenta. Foi também evocada a importância de alargar a matéria coletável e de reduzir as taxas especiais e isenções do IVA. Além disso, nalguns casos é necessário redobrar esforços para combater a evasão e a fraude fiscais.

Com alguns Estados-Membros, as reuniões bilaterais serviram para analisar a situação do mercado do imobiliário e do endividamento das famílias, bem como as medidas necessárias para gerir estes problemas, nomeadamente através da tributação. Com outros Estados-Membros, a tónica foi colocada na reforma da administração pública, nomeadamente no sistema de remuneração dos funcionários e na capacidade de absorção dos fundos da UE.

### **Emprego, política social, saúde e consumidores**

No âmbito do Semestre Europeu, o Conselho (EPSCO) procedeu a um extenso debate de orientação em 17 de fevereiro de 2012 sobre as medidas prioritárias nos domínios do emprego e das políticas sociais. Nas suas intervenções, os ministros sublinharam a necessidade de dar maior ênfase à aplicação de boas práticas e de acelerar as reformas estruturais. O debate revelou um amplo consenso quanto à urgência de se estabelecer um equilíbrio entre as medidas de consolidação orçamental e a necessidade de assegurar a coesão social.

Os ministros salientaram que a recuperação pressupõe finanças públicas sólidas e reformas económicas que devem ser associadas urgentemente ao fomento do crescimento a fim de assegurar que a retoma económica seja criadora de emprego e atenda devidamente às preocupações sociais. As medidas de reforma devem ser orientadas para produzir resultados a curto e a longo prazo. Deverão ser reforçados a supervisão multilateral e o intercâmbio de boas práticas no contexto do Semestre Europeu. Os ministros salientaram que é necessário reforçar a implementação e supervisão dos PNR dos Estados-Membros e dos compromissos que assumiram no âmbito do Pacto para o Euro Mais no que diz respeito às políticas de emprego. No tocante ao relatório sobre o mecanismo de alerta, os ministros salientaram que é importante associar estreitamente o COEM e o Conselho (EPSCO) a este processo e assegurar a plena responsabilização sempre que haja desequilíbrios relacionados com o mercado de trabalho.

Os ministros sublinharam que o crescente desemprego se tornou uma preocupação importante para praticamente todos os Estados-Membros. Os ministros sublinharam que é importante reformar os mercados de trabalho e torná-los mais flexíveis a fim de aumentar a participação dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, bem como dos desempregados de longa duração. O desemprego jovem foi identificado pelos Estados-Membros como um domínio prioritário que urge tratar tanto a nível nacional como a nível europeu. Os ministros recordaram a declaração dos membros do Conselho Europeu de 30 de janeiro de 2012 e congratularam-se com a criação dos equipas de ação para o emprego jovem. Muitos Estados-Membros estabeleceram ou estão a programar o estabelecimento de esquemas de garantia para jovens destinados a assegurar aos jovens a oferta de emprego, formação ou formação contínua dentro de um prazo curto. Vários Estados-Membros congratularam-se com a proposta austríaca com vista a uma Iniciativa Jovem Europeia para 2012-2013. Devem ser reforçados o aconselhamento, o mentorado e medidas de acompanhamento para proporcionar aos jovens uma primeira experiência de trabalho, nomeadamente para ultrapassar as barreiras por falta de experiência. Do lado do financiamento, foram salientados o papel importante do FSE e a importância dos fundos estruturais em geral.

Os ministros sublinharam ainda o papel crucial da educação e da formação. Os sistemas de educação e formação devem ser adaptados às necessidades do mercado de trabalho e a transição entre a escola para o mundo do trabalho deve ser facilitada. Os sistemas de formação em alternância deram resultado nalguns países e podem ser alargados em a maior escala. A penúria de mão-de-obra qualificada deve ser resolvida, nomeadamente através de uma maior mobilidade.



Em diversos setores de atividade, a participação dos parceiros sociais é decisiva e poderá ser aprofundada. Devem ser intensificadas as medidas para eliminar o emprego não declarado e incentivada a passagem para o mercado de trabalho formal. Devem ser promovidos a aprendizagem ao longo da vida e o prolongamento da vida ativa para ir ao encontro dos desafios demográficos. Neste contexto, os ministros salientaram a importância estreitamente ligada de aprofundar o mercado único e de prestar apoio ao lançamento de empresas e ao empreendedorismo. Eliminando os obstáculos e estabelecendo condições favoráveis à criação de novos postos de trabalho por parte dos empresários, em especial nos setores com potencial de crescimento (empregos "verdes" e brancos", empregos na economia digital) devem ser aspetos prioritários.

A excessiva rigidez da legislação laboral deve ser objeto de reforma a fim de facilitar o acesso das pessoas excluídas do mercado de trabalho, incentivando a passagem do trabalho não declarado para o trabalho regular e, se for caso disso, devem ser revistos os mecanismos de fixação de salários a fim de refletirem melhor a evolução da produtividade. Ao mesmo tempo, a redução da carga fiscal do trabalho poderá tornar a contratação de pessoas mais fácil e atrativa tanto para empregadores como pessoas que estão à procura de emprego.

Os ministros salientaram que o objetivo deverá consistir em modernizar e ajustar os sistemas de proteção social a fim de tornar o trabalho remunerador. A diminuição das despesas públicas pode ser alcançada graças a reformas estruturais e promovendo simultaneamente políticas ativas de inclusão e atenuando as consequências sociais da crise para as pessoas que se encontram em situações mais vulneráveis. Aumentar a eficácia dos sistemas de proteção social enquanto estabilizadores automáticos, associado a um nível mais elevado de proteção do mercado de trabalho, será crucial para atingir a meta "redução da pobreza/inclusão social" num contexto marcado por recursos financeiros limitados.

O Conselho EPSCO adotou o relatório conjunto sobre o emprego (6252/12), bem como conclusões sobre as orientações para as políticas social e de emprego em 2012 (6601/12).

O Conselho subscreveu os principais resultados e as mensagens políticas do Comité da Proteção Social sobre o impacto social da crise, bem como um parecer do Comité sobre a Análise Anual do Crescimento de 2012.

A participação no mercado de trabalho esteve no cerne da maior parte das reuniões bilaterais dos Estados-Membros com a Comissão. Para combater urgentemente o problema do desemprego jovem é necessário tomar toda uma série de medidas, em especial a nível da relação entre a educação/formação e o mundo do trabalho. É também necessário abordar a questão da segmentação dos mercados de trabalho, em particular no que toca às mulheres, aos trabalhadores mais velhos e outros grupos desfavorecidos. As medidas necessárias vão muito além das políticas de mercado de trabalho propriamente ditas, passando por exemplo por reformas dos serviços de acolhimento de crianças. Em certos casos, os sistemas de prestações de desemprego terão ainda de ser reformados para proporcionarem adequados incentivos ao trabalho. Na maior parte dos Estados-Membros, a aplicação de políticas ativas de mercado de trabalho deverá manter-se no cerne das prioridades. Nalguns países, haverá que abordar a questão da eficácia dos serviços públicos de emprego.

A reforma do sistema de pensões continua a ser uma questão importante e como tal foi abordada na maior parte das reuniões bilaterais. Os progressos realizados neste domínio são contrastados, tendo alguns Estados-Membros enveredado por reformas abrangentes, ao passo que outros tomaram apenas medidas parciais ou não tomaram medidas nenhuma. Nalguns Estados-Membros ainda não foi decidido nenhum aumento da idade da reforma, enquanto noutros são as opções de reforma antecipada e os regimes de invalidez que têm de ser revistos. São também necessárias medidas mais vigorosas para manter a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos.

No domínio da negociação coletiva, alguns dos Estados-Membros em causa terão ainda de tomar medidas.

Algumas bilaterais constituíram uma oportunidade para analisar a situação da pobreza e da exclusão social, áreas em que se verifica um afastamento cada vez maior dos objetivos da Estratégia "Europa 2020". As reformas da rede de segurança social têm de ser contrabalançadas por políticas ativas de inclusão. São necessárias medidas específicas para ajudar os mais carenciadas; tais medidas estão a ser muitas vezes implementadas a nível local.

## **Competitividade**

### *Mercado Interno e Indústria*

Em 20 de fevereiro de 2012, o Conselho (Competitividade) debateu, com base na Análise Anual do Crescimento de 2012 elaborada pela Comissão, uma série de questões relacionadas com a competitividade. Durante o debate, foram destacadas em particular três questões consideradas cruciais, tanto a nível europeu como a nível nacional, para melhorar o crescimento e a criação de emprego: promoção da competitividade e do crescimento sustentável; acesso ao financiamento e modernização da administração pública.

No que respeita à promoção da competitividade e do crescimento sustentável, os ministros acordaram em que era primordial adotar rapidamente propostas legislativas concretas no âmbito do Ato para o Mercado Único, em conformidade com as orientações estratégicas do Conselho Europeu informal de 30 de janeiro de 2012, tendo apontado em especial o pacote sobre a normalização, a simplificação das diretivas contabilísticas e das regras em matéria de contratos públicos, bem como o pacote relativo às patentes. Foi salientada a questão da implementação e governação da legislação relativa ao Mercado Único, tendo os ministros declarado que se congratulavam com o próximo relatório da Comissão relativo à implementação da Diretiva Serviços.

Além disso, foi considerado essencial completar o Mercado Único Digital duplicando as vendas em linha até 2015, implementando rapidamente o plano da ação da Comissão sobre o comércio eletrónico e reconhecendo a importância dos direitos de autor.

Os ministros reconheceram que ao planear as futuras políticas industriais se deverá tender para uma economia mais sustentável e mais eficiente na utilização dos recursos, o que proporcionará oportunidades de crescimento e criação de emprego. Para tal poderá contribuir uma maior insistência na regulamentação inteligente após 2012, tendo em vista reforçar o crescimento e a competitividade. Os ministros salientaram também a importância de visar não só a melhoria da competitividade mas também a melhoria das condições de concorrência em setores específicos, como o dos serviços.

No que respeita ao acesso ao financiamento, os ministros acordaram em que este é essencial para o crescimento e a criação de emprego, especialmente para as PME, em que se faz sentir mais o impacto da contração do crédito. Salientaram ainda a importância de chegar rapidamente a acordo sobre a proposta relativa ao capital de risco e de abordar os problemas colocados pela contração do crédito tanto a nível europeu como a nível nacional.

Os ministros apontaram o papel significativo do BEI, bem como a importância de desenvolver esforços para tornar as fontes de financiamento mais visíveis a nível nacional e de reduzir os encargos burocráticos para aceder a essas fontes.

No que se refere à modernização da administração pública, os ministros acordaram em que a questão da regulamentação inteligente deverá ser abordada centrando-se nos utilizadores finais e na supressão dos encargos administrativos desnecessários, especialmente para as PME a nível nacional, a fim de simplificar e racionalizar o acesso à administração pública e a comunicação com ela, em particular no que respeita às PME.

Os ministros salientaram também a necessidade de reforçar a utilização de soluções digitais na administração pública e procurar passar totalmente para o aprovisionamento eletrónico até 2016, com o objetivo de realizar poupanças significativas. Haverá também que envidar esforços para conseguir a plena digitalização dos balcões únicos e assegurar que a faturação eletrónica se torne o modo de faturação predominante na UE até 2020.

### *Investigação*

À luz do contexto geral descrito no relatório intercalar da Presidência, o Conselho (Competitividade – parte relativa à Investigação) debateu em 21 de fevereiro de 2012 a questão da investigação e inovação, tendo em vista contribuir para o exercício do Semestre Europeu.

Os ministros foram concordes em que, na qualidade de "despesas favoráveis ao crescimento", os investimentos em investigação e inovação constituem elementos essenciais da formulação de estratégias nacionais e da UE apropriadas para enfrentar a crise atual. A Europa encontra-se num contexto de consolidação orçamental em que vários Estados-Membros sofrem de elevados níveis de desemprego, principalmente entre os jovens. Para além das soluções económicas a curto prazo, é necessário investir no futuro da Europa a longo prazo, tendo os ministros salientado neste contexto a importância de prosseguir ou aumentar o investimento na investigação e inovação e de manter objetivos ambiciosos em matéria de I&D.

Há que incentivar e estimular o investimento do setor privado através de medidas políticas, devendo o setor público desempenhar um papel de alavanca para gerar novos investimentos privados. Importa também estabelecer um equilíbrio entre as medidas relativas à oferta, por um lado, e à procura, por outro. Os instrumentos disponíveis terão de ser muito mais bem focalizados a fim de responder aos objetivos e prioridades da Estratégia "Europa 2020" e da Iniciativa "União da Inovação".

No que respeita às medidas a nível da UE, os ministros salientaram que as parcerias e as plataformas de inovação, como por exemplo as Parcerias Europeias de Inovação e as Iniciativas de Programação Conjunta, desempenham um importante papel na resposta aos desafios sociais. O Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação – assume uma importância capital para colmatar o fosso da inovação e melhorar as condições de enquadramento para a participação das PME. No entanto, é necessário melhorar o acesso das empresas, em especial das PME, ao financiamento da UE, através de medidas como a utilização de procedimentos inovadores em matéria de adjudicação dos contratos públicos, a melhoria do acesso ao capital de risco, o estabelecimento de normas e a criação de fundos de capital de risco.

Os ministros apoiaram também a realização de reformas a nível nacional, consideradas fundamentais para enfrentar a atual crise. Essas reformas refletem-se numa série de medidas centradas em cinco objetivos em matéria de reforço do crescimento: aumento da eficácia do setor público; conceção de um misto equilibrado de medidas do lado da oferta e da procura, e respetiva governação; eliminação dos estrangulamentos ao crescimento das empresas inovadoras; reforma dos sistemas de educação e de ensino universitário e investimento no desenvolvimento do capital humano, de modo a fomentar a excelência e a mobilidade das pessoas e a cooperação transfronteiras através da mutualização dos recursos e da plena utilização das Iniciativas de Programação Conjunta.

Foi salientada ainda a importância de estabelecer estratégias de especialização inteligente para as regiões.

O debate realçou também a importância essencial de "trabalhar em conjunto" e assegurar sinergias entre as políticas e programas a nível regional, nacional e da UE, por forma a responder à crise de uma forma mais eficaz, pondo em comum os recursos e criando uma massa crítica.

Além disso, a Presidência anunciou que tencionava fazer todos os possíveis para alcançar um acordo sobre o pacote das patentes até ao final do seu mandato, o que poderia também contribuir para reforçar a posição concorrencial da Europa na cena mundial.

As bilaterais realizadas entre a Comissão e os Estados-Membros abordaram uma série de questões relacionadas com a competitividade. Em vários Estados-Membros, estão em curso reformas para melhorar o clima empresarial, mas há ainda trabalho a fazer para reduzir os encargos administrativos. É em especial o caso da administração em linha e da reforma da justiça civil, bem como da questão específica dos atrasos de pagamento. No âmbito do restabelecimento das práticas normais de concessão de crédito à economia, o acesso das empresas ao financiamento requer medidas específicas, por exemplo no domínio do capital de risco. É importante que o apoio público à investigação e à inovação prossiga, mas há que planeá-lo cuidadosamente.

A competitividade continua a ser um dos principais domínios de promoção do crescimento em que é ainda necessário envidar mais esforços. O comércio retalhista, os serviços profissionais e os serviços de proximidade são setores que deverão ser abordados nalguns Estados-Membros. A este respeito, a plena aplicação da Diretiva Serviços assume uma importância primordial.

### **Telecomunicações**

O Conselho TTE Telecom de 13 de dezembro de 2011 abordou o Semestre Europeu no contexto da implementação da Agenda Digital, uma das iniciativas emblemáticas da Estratégia "Europa 2020". Os ministros salientaram a necessidade de completar o Mercado Único Digital até 2015, o que vem também sublinhado na Análise Anual do Crescimento para 2012.

Embora se tenham registado progressos no domínio da Agenda Digital, são necessárias ainda novas medidas, principalmente no que se refere à criação de infraestruturas de banda larga de categoria mundial e ao aumento da penetração da banda larga na Europa. O Mecanismo Interligar a Europa, que deverá ser adotado atempadamente, poderá facilitar este processo. Além disso, é necessário chegar a acordo sobre o pacote da patente unitária e prosseguir eficazmente os trabalhos sobre os dossiês prioritários identificados na Análise Anual do Crescimento, nomeadamente no que respeita à criação de um mercado verdadeiramente competitivo para a itinerância (*roaming*) nas comunicações móveis e à base jurídica para o reconhecimento mútuo das assinaturas eletrónicas. Importa igualmente adotar um regime de direitos de autor que responda aos desafios da era digital, tomar iniciativas para promover uma Europa favorável à computação em nuvem ("*cloud-friendly*") e promover o comércio eletrónico. Estas medidas, tomadas a nível da UE, darão um importante contributo para o crescimento e o emprego. A nível nacional e europeu, haverá que desenvolver mais esforços para permitir a criação de um maior número de novas empresas TIC, bem como para estimular o mercado da informação do setor público. É necessário dispor de um roteiro completo que abranja todas as medidas necessárias e acompanhar de perto os progressos realizados.

## **Energia**

No debate a que procederam a 14 de fevereiro de 2012, os Ministros da Energia analisaram sobretudo os avanços registados no domínio da eficiência energética e da utilização das energias renováveis no contexto dos grandes objetivos da Estratégia "Europa 2020", bem como o seu potencial de crescimento e criação de emprego. Foi bem acolhido o novo destaque dado pela Comissão aos objetivos de crescimento e competitividade da Estratégia na sua Análise Anual do Crescimento de 2012, salientando-se o contributo que as energias seguras, limpas e financeiramente abordáveis podem prestar para os objetivos gerais.

No que toca à eficiência energética, e para que a UE alcance o seu objetivo para 2020, é preciso que as medidas suplementares que se tomem surtam efeito rapidamente. A rápida adoção de uma diretiva em matéria de eficiência energética, que seja ambiciosa e preveja medidas vigorosas mas também a necessária flexibilidade para que os Estados-Membros possam optar entre as medidas vinculativas propostas e outras medidas suplementares de efeito equivalente, representará um contributo essencial para estes objetivos. Os Estados-Membros poderão, partindo das medidas já em vigor, aplicar as novas medidas que apresentem a melhor relação custo-eficácia, tendo em conta as diversas circunstâncias nacionais.

Os tempos são de crise económica, mas é precisamente em tais alturas que os investimentos na eficiência energética podem impulsionar o crescimento de maneira sustentável nos setores que sofrem os efeitos negativos da contração económica. As medidas de reforço da eficiência energética, se orientadas para setores-chave como os edifícios, os transportes, os produtos e os serviços e o setor público, aceleram a absorção de novas tecnologias pelos mercados e o desenvolvimento de aptidões e conhecimentos, impulsionando desse modo a competitividade geral da UE e a criação de emprego. Os investimentos na eficiência energética financiam-se em parte pelas economias obtidas a médio e longo prazo nas faturas de energia; no entanto, a redução do consumo de energia traduz-se também numa redução das receitas fiscais resultantes para os Estados-Membros da tributação da energia. A modernização das infraestruturas, as tecnologias inteligentes, os instrumentos financeiros de incentivo ao investimento e a maior sensibilização para estes assuntos são também fatores determinantes para libertar o potencial existente em matéria de poupança de energia.

O próximo relatório da Comissão sobre as políticas dos Estados-Membros no domínio da eficiência energética permitirá avaliar com maior precisão o avanço concreto da União no sentido de alcançar o objetivo de aumentar a eficiência energética em 20 %.

No plano das energias renováveis, é fundamental a plena implementação da legislação existente, em especial no que respeita ao mercado interno da energia, bem como o aproveitamento total das possibilidades oferecidas pela Diretiva "energias renováveis", por exemplo no que respeita à cooperação entre os Estados-Membros e com os países terceiros. Continua a ser da maior importância racionalizar os procedimentos administrativos e reduzir os entraves ao desenvolvimento de instalações de energia renovável aos níveis macro e micro. A adaptação da legislação da UE em matéria de ambiente – na sua maioria anterior à geração de energias renováveis em larga escala – poderá ser necessária para evitar que a legislação ambiental bloqueie a produção de energias renováveis nos casos em que tal não fique garantido por considerações de ordem ambiental.

Há necessidade de uma nova infraestrutura energética, bem como de investimentos em redes inteligentes, para lidar com a crescente quota-parte de energias renováveis. Daí que os debates sobre a proposta de regulamento "infraestruturas" tenham de avançar com rapidez. Todavia, é também da responsabilidade dos Estados-Membros tornar possível a construção de infraestruturas cruciais – nomeadamente acautelando a aceitação de instalações de produção de energias renováveis por parte do público.



Há alguns outros assuntos que continuam a merecer atenção neste contexto: os combustíveis fósseis como combustíveis de reserva para a geração de eletricidade a partir de fontes renováveis, a biomassa e respetivo quadro regulamentar num contexto mundial e a formação de pessoal para o setor das energias renováveis.

Importa igualmente assegurar os investimentos a longo prazo e de uma forma neutra do ponto de vista tecnológico para os horizontes de 2030 e 2050, sabendo nomeadamente que são reduzidos os fundos disponíveis para financiar a capacidade de geração de energias renováveis, tal como a investigação e a inovação, e que o acesso ao financiamento continua a ser problemático tanto para o setor público como para o setor privado. A investigação e inovação continuam a ser determinantes para a redução dos custos das energias renováveis.

Continua a ser incontestável o contributo do setor das energias renováveis para a criação de postos de trabalho e o crescimento, bem como para os pilares da política energética da UE – sustentabilidade, segurança de aprovisionamento e competitividade –, mas a tónica deverá recair sobre as capacidades de produção de energias renováveis que apresentem a melhor relação custo-eficácia em termos de emprego e crescimento. Alguns Estados-Membros salientaram também o papel da energia nuclear.

As bilaterais havidas entre a Comissão e os Estados-Membros permitiram discutir assuntos como os objetivos e planos de eficiência energética, as políticas de promoção das fontes renováveis de energia e o avanço registado no sentido de alcançar as metas de emissão de gases com efeito de estufa.

## **Ambiente**

Na reunião de 19 de dezembro de 2011, os Ministros do Ambiente reconheceram que as políticas seguidas no domínio da eficiência dos recursos, dos recursos naturais, da energia e das alterações climáticas, sobre as quais assenta a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização dos recursos, são fundamentais para que a Europa consiga manter o crescimento e aumentar a sua competitividade e taxa de emprego no futuro. Os aspetos económicos da eficiência dos recursos são desenvolvidos nas conclusões adotadas pelo Conselho (ECOFIN) em 21 de fevereiro de 2012, em que se salienta que as ações que vierem a ser tomadas devem ser compatíveis com a necessidade de estabilidade económica e de consolidação orçamental, bem como eficientes do ponto de vista económico e eficazes em termos de custos.

As delegações sublinharam a importância de integrar no Semestre Europeu considerações climáticas, de eficiência energética, de eficiência dos recursos e de energia renovável.

O Roteiro para uma Europa Eficiente na Utilização de Recursos foi saudado como elemento crucial da iniciativa emblemática "Uma Europa eficiente em termos de recursos" da Estratégia 2020, que conduzirá a UE a uma transformação económica no sentido de uma economia mais sustentável e competitiva e contribuirá para o esforço mundial de transição para uma economia verde e hipocarbónica. Os Estados-Membros deverão atribuir prioridade às ações que tenham o maior impacto positivo a longo prazo sobre a competitividade europeia, o crescimento económico sustentável e a criação de emprego, em conformidade com os objetivos gerais da Estratégia "Europa 2020".

A eficiência dos recursos, associada à eficiência energética, pode conduzir à redução dos custos e ao aumento da competitividade das empresas, especialmente tendo em conta que a crescente procura de recursos naturais leva à subida dos preços das matérias-primas. Neste contexto, a promoção da utilização eficiente da água poderá resultar numa redução dos custos para os consumidores, e bem assim para os setores da indústria e da agricultura.

Entre as medidas estratégicas que podem contribuir para a eficiência dos recursos contam-se os incentivos à eficiência dos produtos em termos de utilização dos recursos, os incentivos à aquisição de produtos eficientes tanto em termos de utilização dos recursos como de consumo energético e os incentivos à ecoinovação. Para garantir o crescimento sustentável a longo prazo é essencial promover a ecoinovação, que permite realizar ou visar um progresso demonstrável e significativo no sentido da eficiência dos recursos e da eficiência energética.

Já na Análise Anual do Crescimento de 2011, nas Conclusões do Conselho Europeu de março de 2011, e mais uma vez na Análise Anual do Crescimento de 2012, se destacava a importância de desviar a carga fiscal do fator trabalho para outros fatores, a fim de impulsionar o emprego e o crescimento económico. Neste contexto, são importantes as "reformas fiscais verdes", que consistem em aumentar a quota-parte dos impostos ambientais, reduzindo a de outros. A tributação ambiental e a eliminação de subsídios prejudiciais do ponto de vista do ambiente deverão passar a constituir parte integrante do Semestre Europeu, podendo contribuir de um modo mais geral para a consolidação orçamental nos Estados-Membros e, ao mesmo tempo, facilitar a reestruturação no sentido de uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização dos recursos.

Os Ministros do Ambiente tomaram nota da Análise Anual do Crescimento para 2012 e registaram o importante contributo da eficiência dos recursos para a implementação da Estratégia "Europa 2020". Os Ministros do Ambiente encorajaram a Comissão e os Estados-Membros a prever novas ações que permitam assegurar uma utilização eficiente dos recursos, no âmbito do Semestre Europeu, e incentivaram os Estados-Membros a terem devidamente em consideração, no processo de elaboração e revisão de estratégias, as medidas de eficiência dos recursos e a necessidade de promover o investimento em competências e empregos verdes, a partilharem essas estratégias com outros Estados-Membros, a Comissão e todas as partes interessadas pertinentes e a apresentarem nos respetivos programas nacionais de reformas, se for caso disso, informações sobre os progressos registados nos diferentes aspetos da eficiência dos recursos.

Os Ministros do Ambiente deram o seu apoio a uma abordagem transsetorial da eficiência dos recursos que atenda, em todos os setores relevantes, aos requisitos de uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos.

### **Educação**

Os ministros responsáveis pela pasta da educação e formação reuniram-se a 10 de fevereiro de 2012 no âmbito do Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) para analisar – no contexto dos atuais níveis assustadores de desemprego juvenil em toda a UE – de que modo as políticas de educação e de formação podem influenciar positivamente a taxa de emprego dos jovens tanto a curto prazo como a longo prazo. Tal como se salientou na declaração emitida após o Conselho Europeu informal de 30 de janeiro, é necessário envidar de imediato esforços especiais a nível nacional para melhorar a oferta de mão-de-obra e reduzir o desemprego dos jovens.

Os Estados-Membros debruçaram-se sobre a questão de saber que iniciativa única deverá ser tomada em 2012 a nível nacional ou europeu no setor da educação e formação, a fim de contribuir para solucionar o problema dos elevados níveis atuais de desemprego dos jovens e atenuar as consequências sociais da crise para os jovens.

Os ministros sublinharam que, de acordo com a Análise Anual do Crescimento de 2012, os Estados-Membros deveriam dar prioridade à adaptação dos sistemas de educação e de formação, a fim de refletirem as condições do mercado de trabalho e a procura de qualificações, aumentando ao mesmo tempo a sua eficiência e qualidade. Os ministros reiteraram o seu compromisso no sentido de preparar as pessoas para o crescimento e os empregos do futuro, mediante a aquisição das necessárias competências, e de alcançar o grande objetivo da Estratégia "Europa 2020" no domínio da educação e da formação: reduzir a taxa de abandono escolar e incentivar maior número de jovens a concluir o ensino superior ou equivalente.

As políticas que forem seguidas no domínio da educação e da formação podem ser determinantes no combate ao desemprego e na sua prevenção, sobretudo entre os jovens. Deve ser promovida uma mais estreita colaboração entre as instituições de educação e formação, os parceiros sociais e outras partes interessadas para facilitar a transição do sistema educativo para o mundo do trabalho.

Uma das formas de o fazer passa por estreitar a relação entre o sistema de educação e formação e o mercado de trabalho, reforçando os elementos práticos dos programas, nomeadamente pela introdução de uma dupla abordagem a nível da educação e formação profissionais e pela colaboração com os parceiros sociais na preparação dos currículos. Pode também ser promovido o maior reconhecimento das aptidões e competências adquiridas através da educação e aprendizagem formal, não formal e informal.

A nível europeu, os ministros sublinharam a importância de, no âmbito do método aberto de coordenação, estudar a melhor maneira de facilitar a transição do mundo da educação para o mundo do trabalho através do sistema de educação dual e de uma cooperação reforçada com os parceiros sociais.

A transição da educação/formação para a vida profissional foi um assunto frequentemente abordado durante as bilaterais entre a Comissão e os Estados-Membros. Salientou-se que a formação profissional desempenha um papel determinante mas tem também de responder às necessidades do mercado de trabalho e ser concebida de maneira a manter os estudantes motivados. Os sistemas de formação duais existentes em certos Estados-Membros podem servir de exemplo de boas práticas. O avanço concreto no sentido do objetivo da Estratégia "Europa 2020" em matéria de taxas de abandono escolar funciona, do ponto de vista do desemprego juvenil, como uma medida preventiva, pelo que deverá ser realizado em todos os Estados-Membros.

Estão em execução em vários Estados-Membros reformas do sistema de ensino superior, nomeadamente para aumentar a autonomia das instituições de ensino superior e reforçar a cooperação entre elas e introduzir o sistema de créditos e limites de duração dos estudos. Em certos Estados-Membros, porém, corre-se o risco de a redução do investimento público na educação afetar não só o sistema educativo, mas também as condições gerais de crescimento. Em várias bilaterais foi feita uma apreciação dos progressos no sentido de cumprir o objetivo da Estratégia "Europa 2020" para o ensino superior. Alguns dos Estados-Membros salientaram que os objetivos deviam ter em consideração as oportunidades de emprego dos licenciados do ensino superior.

---